



COC-225/80

Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de SANTA F , conforme adiante se declara:

Nesta data, compareceram de um lado o Município de SANTA F , por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  318 de 26.09.74, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Eng  INGO HENRIQUE HUBERT, por seu Diretor Financeiro Eng  PAULO ROBERTO MAINGU , assistida pelo Advogado ALLAN STRADIOTTO, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condi es expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684 de 23.01.63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários de SANTA F  pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. PARÁGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal ; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar, e executar as obras relativas à constru o, amplia o e remodela o, dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos conv nios celebrados para fins do item a, entre o Munic pio e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água pot vel e de esgotos sanit rios; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA:   delegada   CONCESSION RIA, competéncia para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167, da Constitui o Federal. QUARTA : É vedada   CONCESSIONÁRIA proceder isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pe-

QAO

Q11/1





direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixa do por avaliação na forma da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976 ( Lei das Sociedades por Ações ). DÉCIMA PRIMEIRA : Se no decorrer da Con - cessão houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitários, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder E xecutivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SA NEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão . DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes , torneiras públicas e ra - mais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE ou de sua respon sabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará - pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndios, comoções públicas, guerras etc. DÉCIMA QUINTA : A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos visando o aprimoramen to e a programação das obras de instalação e de ampliação dos servi -  os públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclareci mentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela - CONCESSIONÁRIA e quanto as tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCES SION RIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, fre ti - cos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as refe ridas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usu  rios reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula somente serão aplica - das quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições - técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão pre vista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSION  - RIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos com - promissos financeiros porventura existentes da data da transferência - do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica respons  vel pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por

C. AP

21/1/81





la CONCEDENTE, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEXTA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação e reparos de redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência - dos recursos emprestados pelo BNH. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos. SETIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhoramentos, extensões e ampliações nos termos da Legislação vigente. PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da indenização ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal. DÉCIMA: Do custo das obras do novo sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em .... 14.416,000 UPC, correspondendo a CR\$ 8.008.217,00 ( oito milhões, oito mil, duzentos e dezessete cruzeiros ), a CONCEDENTE participar  - com uma contribuição de 25% ( vinte e cinco por cento ). PARÁGRAFO PRIMEIRO: A participação da CONCEDENTE que se trata esta cláusula estimada em 4.104,000 UPC, ou seja CR\$ 2.002.054,32 ( dois milhões, dois mil, cincoenta e quatro cruzeiros e trinta e dois centavos ), será realizada em dinheiro em 36 ( trinta e seis ) prestações mensais, iguais e consecutivas de 114,000 UPC, cada uma, vencível a primeira a partir do início das obras. PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONCEDENTE participar  ainda com igual percentagem nas futuras construções, melhoramentos extensões ou ampliações dos sistemas da cidade de acordo com cronograma físico-financeiro das obras. PARÁGRAFO TERCEIRO: A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais no capital da CONCESSIONÁRIA, respeitadas as disposições do artigo 2  e seus parágrafos da Lei de Concessão, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra. PARÁGRAFO QUARTO: No caso de bens e

2  
CAP  
201/0





terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá vigência a partir da sua assinatura, condicionado o início de operações a 30 ( trinta ) dias após a conclusão das obras. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma será considerada sucessora da CONCEDENTE. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 14-03-80

ENG  INGO HENRIQUE HÉBERT  
DIRETOR PRESIDENTE DA SANEPAR

ENG  PAULO ROBERTO MAING E  
DIRETOR FINANCEIRO DA SANEPAR

SR JOSÉ PINHEIRO  
PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FE

ALLAN STRADIOTTO  
ADVOGADO DA SANEPAR

TESTEMUNHAS:

7� TABELIÃO
DR. RENATO VOLPI
DR. HERLEI JOSÉ VOLPE
Oficial Maior
JOSÉ B�NICO
AYRTON CHERPINSKY
Esc:
ADOCADO A. VOLPI JR
ADENIR WOLPE
Autorizados
CURITIBA
PARANÁ

Reconheço de Assinaturas  
Stradiotto, Ingo H. Hubert,  
Paulo Roberto Maing e  
e Amador A. Wesniowski  
Curitiba, 14 de MAR de 1980  
Em test. É de  
na Tabela  

22 REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
368013  
187733  
b154